



**PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Processo nº: _____

Interessado: _____

INEXIGIBILIDADE DE PRODUTO (ART. 25, I-LEI 8666/93)

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	FOLHA	OBS.
1. Consta solicitação do material, equipamento ou gênero, com descrição clara de seu objeto, especificações e justificativa da necessidade da aquisição?			
2. Há autorização do ordenador de despesa?			
3. Há justificativa de singularidade do curso ou treinamento?			
4. Consta atestado de exclusividade fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes?			
5. A Administração adotou providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade? (Súmula-TCU nº 255/2010)			
6. Há justificativa da razão de escolha do fornecedor?			
7. Em caso de indicação de marcas, há justificativas técnicas que demonstrem, de forma clara e inafastável, que a alternativa é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da Administração (TCU-AC. 636/2006), levando em conta a padronização?			
8. Há justificativa do preço-comparação com preços praticados a outros contratantes, conforme ON nº 17/2009? <i>É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU</i>			

<i>PESSOAS PRIVADAS.</i>			
9. Foi juntada aos autos a proposta original?			
10. Consta comprovação de adequação orçamentária e/ou nota de pré-empenho?			
11. Há prova de regularidade fisco-previdenciária do fornecedor (SICAF/CADIN)?			

Servidor: _____

(Rubrica e matrícula ou carimbo)